



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 1093/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1821/2009 (03 volumes).

Apenso: Processo nº 3597/2008.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Instituto Municipal de Transportes Urbanos - IMTU.

4- Exercício: 2008.

5- Responsáveis: Sr. Marcelo Ramos Rodrigues e o Sr. Waldir da Silva Frazão, Diretores-Presidentes respectivamente nos períodos entre janeiro a março e abril a dezembro de 2008.

6- Unidade Técnica: DICA/MA – Relatório Conclusivo nº. 06/2015 (fls. 421/429).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3048/2015-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 432/432v).

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas. Instituto Municipal de Transportes Urbanos - IMTU. Exercício de 2008.

Contas regulares.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de **julgar regular** as Contas do Instituto Municipal de Transportes Urbanos - IMTU, referente ao exercício de 2008, sob responsabilidade do **Sr. Marcelo Ramos Rodrigues e Sr. Waldir da Silva Frazão**, ambos Diretores-presidentes e Ordenadores de Despesas, respectivamente nos períodos entre janeiro a março e abril a dezembro de 2008, nos termos do art. 22, inciso I, da Lei nº 2.423/96-TCE/AM.

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Júlio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente
ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator
ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral